



**CONSTRUTORA
STORCH**
CNPJ: 21.432.974/0001-14

RECURSO ADMINISTRATIVO

A ILUSTRÍSSIMA SRA. PRESIDENTE DA CPLO/SUPEL/RO,

Ref.: **EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 020/2021/CPLO/SUPEL/RO**
OBJETO: CONSTRUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR DE
MACHADINHO DO OESTE, NO MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE - RO

Neiander Storch Eireli-ME, inscrita n CNPJ: 21.432.974/0001-14, situada na Avenida Vereador Edson Santana Mota, nº. 5840, Bairro Jequitibá, CEP: 76.940-000, nesta cidade de Rolim de Moura - RO, neste ato representado pelo Sr. Leandro E. Rocha, pp/representante, portador RG sob o nº. 1008570 SSP-RO e do CPF nº. 886.311.762-49, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea " a ", do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de Vossa Excelência, a fim de interpor

CONTRARRAZÕES,

Quanto ao julgamento equivocado, o qual optou pela inabilitação de nossa empresa, no referido certame, retromencionado. Onde o mesmo nos inclui no rol das empresa inabilitadas, por não ter apresentado a composição do BDI Diferenciado. Julgado este, que contraria o disposto **Instrução Normativa SIE Nº 2 DE 30/06/2020**, em seu artigo 4º e 5º, do mesmo.



CONSTRUTORA STORCH

CNPJ: 21.432.974/0001-14

I – DOS FATOS SUBJACENTES

Ao deleitarmo-nos sobre a letra do dispositivo geral, observamos que houve uma ausência de entendimento, pelo qual nossa empresa não optou pelo BDI Diferenciado. Tendo em vista, que, não iremos subempreitar e/ou terceirizar a execução da Subestação. Único serviço o qual, sobre a influência do BDI diferenciado pelo então Órgão licitante.

Tendo em vista que, iremos apenas adquirir o transformador, e que, nossa empresa, será a executora direta, de todos os serviços respectivos serviços da Subestação em tese.

Considerando a definição ora adotada pela SIE para Benefícios e Despesas indiretas - BDI, conforme estabelecido Decreto Federal nº 7.983, de 08.04.2013, consistente no "valor percentual que incide sobre o custo global de referência para realização da obra ou serviço de engenharia"

Referencial. BDI diferenciado - serviços especializados Por analogia ao BDI diferenciado, recomenda-se ao orçamentista utilizar BDI reduzido aos serviços totalmente terceirizáveis, de natureza específica e que possam ser utilizados por empresas com especialidades próprias.

(Grifamos).

Caso concreto este, o qual não se aplica. Uma vez que, nossa empresa, será a executora direta do empreendimento.

Por sua vez, todos os encargos e impostos, serão executados e/ou pagos, integralmente por nossa empresa.

Neste sentido o TCU distribui a seguinte informação:

Ainda na auditoria realizada no edital da licitação das obras e serviços de infraestrutura de irrigação no assentamento Marrecas, no município de São João do Piauí/PI, a equipe de auditoria acusou a não estipulação de BDI diferenciado para os insumos fornecimento de tubos e fornecimento e montagem das estações de bombeamento, em relação ao BDI para o restante do contrato. **Nos termos de seu relatório: "No presente caso, considerando que não houve o parcelamento do objeto da licitação (...), a entidade deveria ter adotado BDI diferenciado para compras de materiais e equipamentos, de forma a enquadrá-lo aos patamares estipulados no Acórdão 2.369/2011-TCU-Plenário".**



CONSTRUTORA STORCH

CNPJ: 21.432.974/0001-14

Informou, ainda, que o valor orçado para a aquisição da referida tubulação correspondia a cerca de 29,76% do orçamento-base da licitação e que o fornecimento e montagem das bombas representava cerca de 12,08% do referido total. Acrescentou que a falta de diferenciação do BDI violou os princípios da eficiência, da economicidade e da busca da melhor proposta, estipulados nos arts. 37 e 70 da Constituição Federal e 3º da Lei 8.666/1993, além de afrontar entendimento consolidado no âmbito do Tribunal, revelado pela **Súmula TCU 253: "Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens"**. Ressaltou que a planilha orçamentária e o projeto executivo da obra revelam que os **requisitos estabelecidos nessa Súmula** para a adoção de BDI diferenciado foram atendidos, quais sejam: "i) o fornecimento dos tubos e fornecimento e montagem das estações de bombeamento são de natureza específica; ii) empresas fornecedoras com especialidades próprias, dado que na maioria das vezes trabalham exclusivamente com o fornecimento desses insumos; iii) o percentual desses itens é representativo em relação ao preço global da obra". A unidade técnica, ao final, sugeriu a adoção de BDI de referência de 18%, sinalizado pela própria Codevasf em sua Nota Técnica 05/2012, para o fornecimento de tubulação e o fornecimento e montagem de estações de bombeamento. A 7ª Superintendência Regional da Codevasf manifestou-se favoravelmente à adequação do BDI, a ser promovida por ocasião do relançamento do edital da concorrência. O relator, por sua vez, endossou a análise da unidade técnica. O Tribunal, então, decidiu determinar à 7ª Superintendência Regional da Codevasf a adoção de medidas corretivas quando do relançamento do edital da Concorrência 7/2011-7ª SR, entre as quais a de: "**9.1.4 adotar BDI diferenciado de 18% para aquisição de tubos e estações de bombeamento e manter o percentual de 25% para os demais serviços, em cumprimento aos princípios da eficiência, da economicidade e da busca da proposta mais vantajosa, previstos nos arts. 37 e 70 da Constituição Federal e 3º da Lei 8.666/93, e à Súmula TCU 253**". Precedente mencionado: Acórdão 2.369/2011-Plenário. **Acórdão n.º 1932/2012-Plenário, TC-036.666/2011-4, rel. Min. José Jorge, 25.7.2012.**

(Destacamos).

Ao observarmos com a devida atenção o disposto no item ii) **empresas fornecedoras com especialidades próprias, dado que na maioria das vezes trabalham exclusivamente com o fornecimento desses insumos**:



(Grifo nosso)

A subestação, não se enquadra como serviços fornecido por empresas com especialidades próprias, onde em sua grande maioria, trabalha exclusivamente com o fornecimento desses insumos.

Notemos, que, várias outras empresas, também executam de forma direta, serviços da mesma natureza a este caso concreto, subestação. Exemplo clássico a ser exemplificado, são os serviços especializados de ramo específico das indústrias. Como, o elevador. A empresa executa os serviços preliminares, contrata uma indústria específica, a qual desenvolve, industrializa e executa a devida instalação do elevador. Tal indústria, irá arcar com seus respectivos encargos e impostos. Caso concreto este, que, qualifica a utilização de BDI diferenciado, evitando assim, duplicar a arrecadação de taxas, encargos e impostos. Uma vez que ambas as empresas, a contratante e a indústria, arcarão, respectivamente com seus encargos.

Registra-se que à época, diante das reiteradas deliberações do TCU determinando a adoção do BDI diferenciado, havia sido editada a Súmula nº 253/2010/TCU consolidando a matéria:

Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades própria e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de Bonificação e Despesas Indiretas BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens.

Art. 5º O BDI Referencial não é um valor limitante para os valores de BDI apresentados nas propostas recebidas. O orçamento da licitante **não pode ser desclassificado se o valor de seu BDI superar o desta Secretaria.** Nesta situação, o orçamento deve ser avaliado por completo, **analisando-se o preço global ofertado, pois o excesso de cobrança de BDI pode ser compensado pelo custo de serviços e produtos** (acórdão 2339/2016 - TCU - Plenário).

(Grifo nosso)



CONSTRUTORA STORCH

CNPJ: 21.432.974/0001-14

A jurisprudência do TCU firmou o entendimento de que, sempre que possível, deve-se proceder ao fornecimento de materiais e equipamentos relevantes em separado da obra, em consonância ao art. 23 da Lei nº. 8666/93. Entretanto, no caso em que esses materiais e equipamentos equivalem a um percentual significativo e se houver justificativa técnica que comprove que o fornecimento não pode ocorrer de forma parcelada, o percentual de BDI deve ser menor do que aquele aplicado sobre o valor da prestação de serviços.

Assim, aspecto importante relacionado ao orçamento de obras públicas refere-se à adoção de BDI diferenciado especificamente para o fornecimento de materiais e equipamentos relevantes de natureza específica, **como é o caso de materiais betuminosos para obras rodoviárias, tubos de ferro fundido ou PVC para obras de abastecimento de água, elevadores e escadas rolantes para obras aeroportuárias, dentre outros**, inseridos no objeto de obra, os quais demandam a incidência de taxa de BDI própria e inferior à taxa aplicável os demais itens da obra.

(Grifo nosso)

À época do primeiro estudo sobre o BDI, que subsidiou o Acórdão nº 325/2007, constatou-se a adoção de BDI diferenciado nas contratações das obras analisadas, conforme exposto no referido Acórdão:

A Chesf adota a seguinte composição de LDI detalhada:

(...)

Em contratações de obras, nas quais a representatividade dos equipamentos tenha maior participação relativa no valor total, **foram observadas composições de LDI diferenciadas para os serviços de engenharia e para o fornecimento desses bens**. Em relação ao LDI estabelecido para o fornecimento de equipamentos, **quando o contratado atua apenas como um intermediário entre o fabricante e a administração pública**, sua composição consistiu apenas do lucro e dos tributos incidentes sobre a transação.

(Grifo nosso)



CONSTRUTORA STORCH

CNPJ: 21.432.974/0001-14

Ação de intermediário inexistente nesta, uma vez que, seremos os executores de todos os serviços da subestação, objeto da lide, neste caso concreto. Portanto, sendo equivocada a decisão em considerar nossa empresa desclassificada.

Pelo teor do dispositivo, a utilização do BDI diferenciado se faz necessária quando atendidos alguns critérios, quais sejam: 1) inviabilidade técnico-econômica do parcelamento do objeto da licitação, 2) materiais e equipamentos de natureza específica, fornecidos por empresas com especialidade própria, 3) relevância no preço global da obra. Reproduz-se a seguir trecho do artigo de autoria de André Mendes que detalha essa questão:

A segunda condição é que se trata de "materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias". Conclui-se daí que a orientação não se aplica a materiais corriqueiramente aplicados nas obras, mas somente àqueles fornecidos por empresas com especialidade peculiar e distinta, em relação à empreiteira.

A última condição exige que os materiais ou equipamentos representem "percentual significativo do preço global da obra". Não se pode entender, nesse ponto, que o aludido percentual significativo possa ser alcançado mediante o somatório de uma lista de itens de diferente natureza, pois isso contraria a segunda condição.

Em suma, o BDI diferenciado deve ser aplicado apenas no caso em que um ou mais materiais (ou equipamentos) a serem incorporados à obra sejam a tal ponto específicos e financeiramente relevantes que a atitude natural do gestor seria a sua aquisição em licitação distinta, porém esta se mostra inviável.

Ao observarmos o percentual correspondente a subestação, é tão pequeno, o qual não justifica o disposto acima. Por tratar-se de material utilizado corriqueiramente.

Outro ponto crucial, expurgado nesse julgamento, fora a possibilidade da empresa adequar sua proposta. Ação esta cerceado por esse julgamento.

Quanto ao tema em tela, notamos julgamento análogo, já pacificado por nossa Egrégia Corte de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO, o qual julga improcedente a desclassificação de uma empresa, cujo valor seja o mais vantajoso para a Administração Pública. *In verbis*:



Mais recentemente, na relatoria do voto condutor do Acórdão nº 2931/2010 Plenário, o Ministro Benjamin Zymler assim se posicionou sobre o tema:

[...] A matéria foi inclusive objeto do enunciado de súmula 259/2010 desta Corte: "Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a definição do critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, com fixação de preços máximos para ambos, é obrigação e não faculdade do gestor."

Contudo, se considerarmos que o objetivo maior da norma é garantir a economicidade das contratações efetuadas com recursos públicos, entendo ser legítima a avença se globalmente os preços são compatíveis com os de referência.

Não obstante os largos fundamentos acima apresentados, **é de se exigir das empresas não somente a correção dos itens que estejam estimados com preços inferiores aos praticados no mercado, como também alertá-las quanto à obrigação de correção dos possíveis preços equivocadamente estimados a maior em relação aos praticados no mercado. Conforme se depreende do entendimento abaixo explanado:**

(Grifo nosso)

Segundo o tema, já pacificado por nossa Egrégia Corte de Contas, o TCU, ao abolir a desclassificação sumária de um concorrente, sem a aplicação da devida retificação de sua proposta. Desde que, não altere o valor final. Ou seja, não devendo aumentar o custo final obtido na fase de abertura dos envelopes.

O primeiro diz respeito à jurisprudência do TCU (Tribunal de Contas da União). O TCU inclina-se na direção de que a existência de pequenos equívocos não deve conduzir à imediata desclassificação da proposta, caso a retificação da planilha ou da composição dos custos não altere o valor global ofertado.

"A existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratantes realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto". (Acórdão 2.546/2015 – Plenário).



A mesma IN nº 02/08 também prevê que, "A análise da exeqüibilidade de preços nos serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra do prestador deverá ser realizada com o auxílio da planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final de preço" (Art. 29-A, caput). E nesse caso, "**Erros no preenchimento da Planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a Planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado**", e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação" (Art. 29-A, § 2º).

(Grifo nosso)

Contudo, a Instrução Normativa nº 02/08 é um ato administrativo, dessa forma, sujeito aos limites da lei. Daí porque, se de acordo com a IN nº 02/08, erros no preenchimento da planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, admitindo-se a sua correção sem a majoração do preço ofertado, deve-se concluir que, a princípio, esse procedimento atende aos limites do art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93. Pelo menos, até o presente momento, nenhum órgão competente declarou a ilegalidade dos arts. 24 e 29-A, § 3º da IN nº 02/08.

Qual seria o prejuízo para a Administração em admitir que a licitante que cotou o menor valor global ajustasse os preços unitários de insumos indicados em sua planilha de preços que porventura não atendessem aos critérios de admissibilidade fixados no edital, sem a possibilidade de majoração do preço total ofertado? De igual sorte, se fosse assegurada a mesma possibilidade, qual o prejuízo para as demais licitantes, caso incidissem em condição similar?

Obviamente, não. Uma vez que o pilar basilar da Lei de Licitações e o objetivo mais da Administração Pública, é a obtenção da proposta mais vantajosa, e não a exclusão da mesma. Ação esta, que anda na contramão do tema já pacificado, transitado em julgado.

Não restando nada de mais justo e legal, a não ser duas, as únicas decisões: 1) acatar na íntegra nossa peça recursal; 2) requerer de nossa empresa, adequação a exigência infundada, a qual ancorou nossa inabilitação. No entanto, não restando nada de mais justo e legal, a não ser a de requerer de forma clara e tácita, a nossa exclusão do rol das empresas inabilitação. E, a inclusão do nome de nossa empresa no rol das empresas habilitadas, aptida a dar andamento nos demais procedimento licitatórios. Por tratar-se direito líquido e certo.



**CONSTRUTORA
STORCH**
CNPJ: 21.432.974/0001-14

oncluindo

II – AS RAZÕES

Tendo em vista que os fatos e equívocos aqui elencados, o qual demonstramos abundantemente, que, encontramos guarida, dada por nossas Egrégias Cortes de Contas. E, a obrigação e/ou dever desta d. Administração, em solicitar a adequação de nova proposta ou acatar os fatos elencados nesta peça recursal. Evitando assim ações jurídicas, garantindo a segurança jurídica deste certame.

III – DO PEDIDO

Na esteira do exposto, requer-se seja julgado provido o presente recurso, com efeito, para que, reconhecendo-se a ilegalidade, em desclassificar nossa empresa, e ao descumprir as regras editalícias, por estar em desacordo com o tema já pacificado, e com as referidas jurisprudências, declarando nossa empresa Neiander Storch Eireli-Me, habilitada, por ter cumprido com todos os tramites até o presente, garantindo assim, a segurança jurídica, aqui pleiteada.

Nestes Termos
P. Deferimento

Rolim de Moura – RO, 06 de outubro de 2021.

Neiander Storch Eireli-ME
CNPJ: 21.432.974/0001-14

Leandro E. Rocha
PP-Repr.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B404-3736-9E0C-BFC0> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B404-3736-9E0C-BFC0



Hash do Documento

FE6C02D1BBDA402CD4C3D11EF10C8477D8055F1A0296CE8FA93CDEDDDD896FB0B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/10/2021 é(são) :

☒ Leandro Eugenio Da Rocha - 886.311.762-49 em 08/10/2021

10:47 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital